

## À COMISSÃO ELEITORAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

**DIONATÃ SILVA LIMA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do documento de identidade (RG) nº 01372900390 SESP/MA, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.729.003-90; no PIS/PASEP sob o nº 129.56877.37-4, residente e domiciliado na Rua 28 de novembro, nº 346, Santo Antônio, Santa Inês/MA, CEP: 65.300-553, ocupante do cargo público de técnico ministerial/área administrativa, matrícula 1071445, lotado na Diretoria das Promotorias de Justiça da Comarca de Santa Inês, telefone (98) 98100-3583 e *e-mail* [dionatalima86@gmail.com](mailto:dionatalima86@gmail.com), com fundamento na Constituição Federal (arts. 5º, LV, e 8º da CF/88), princípios constitucionais e do direito sindical eleitoral, analogia com a jurisprudência eleitoral, vem **APRESENTAR impugnação à decisão prolatada pela Comissão Eleitoral do SINDSEMP/MA nesta data (31/01/2026)**, a qual **indeferiu o registro de sua candidatura ao cargo de Conselheiro Fiscal**, requerendo a **reforma integral da decisão para deferimento do registro** (ou, subsidiariamente, concessão de prazo para saneamento).

### I – DOS FATOS

A decisão indeferiu a única inscrição registrada ao cargo de Conselheiro Fiscal com base em dois fundamentos principais: (i) ausência da "Declaração de Pertencimento à Categoria" (Anexo II do Ato de Convocação/Edital), considerada violação ao art. 25, parágrafo único, inciso II, do Regimento Eleitoral, e (ii) preclusão temporal, por inexistência de fase de saneamento após o encerramento das inscrições (25/01/2026), com impugnação iniciada em 26/01/2026.

A Comissão reconheceu instabilidade pontual no *site*, mas afirmou ter utilizado meios alternativos (*e-mail* e aplicativo de mensagens) para garantir participação. A candidatura foi individual e pessoal. O candidato protocolou documentos via meios alternativos, mas a Comissão entendeu faltar esse documento específico.

### II – DO MÉRITO

#### 1. Da instabilidade no site e meios alternativos de protocolo

A própria decisão reconhece instabilidade no período de inscrições. Embora a Comissão afirme ter utilizado *e-mail* e mensagens para assegurar participação, isso não exclui falhas na recepção ou processamento dos documentos enviados pelo candidato.

O acesso ao *site* era consultivo, e o registro deveria ser por *e-mail*, mas a comunicação alternativa pode ter gerado dúvidas ou omissões involuntárias.

A Comissão tinha o dever de notificar o candidato sobre qualquer pendência antes do indeferimento (devido processo legal – art. 5º, LV, CF/88), especialmente sendo a *única inscrição ao cargo*., motivo pelo qual a ausência de notificação prévia viola o contraditório e a ampla defesa.

## 2. Da ausência da Declaração de Pertencimento à Categoria (Anexo II)

A Declaração de Pertencimento à Categoria é documento meramente formal e declaratório, exigido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para fins exclusivos de registro pós-eleitoral da diretoria eleita no CNES/SEI/MTE, conforme Portaria MTE nº 3.472/2023, atualizada pela Portaria nº 1.342/2024, tratando-se, portanto, de declaração simples - contendo nome completo, CPF e afirmação de integração à categoria - assinada pelos eleitos para fins de regularidade administrativa perante o órgão público.

Tal declaração não se confunde com os requisitos substantivos de elegibilidade, entre os quais se incluem o efetivo pertencimento à categoria profissional, condição que o candidato preenche na qualidade de servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão.

A exigência prévia e rígida desse documento, como condição de validade da inscrição, revela-se desproporcional e contrária aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sobretudo porque sua natureza é acessória e instrumental, destinada apenas à formalização do registro sindical após o pleito.

Nesse sentido, cumpre destacar que a **declaração em questão foi exigida em momento inadequado do processo eleitoral**., tendo em vista que o próprio modelo disponibilizado pela entidade, disponível em [https://www.sindsemp-ma.org.br/wp-content/uploads/2025/12/CALENDARIO-ELEITORAL-2026\\_SindsempMA\\_finalAprovado-2.pdf](https://www.sindsemp-ma.org.br/wp-content/uploads/2025/12/CALENDARIO-ELEITORAL-2026_SindsempMA_finalAprovado-2.pdf), página 5, (acesso em 31/01/2026, às 17:58), indica tratar-se de documento “**para uso junto ao MTE em caso de eleição**” e destinado à assinatura “**na qualidade de conselheiro fiscal eleito**”.

Dessa forma, exigir tal declaração antes mesmo do pleito, como condição para mera inscrição, não apenas viola a lógica procedimental prevista pelas Portarias do MTE, como também conduziria o candidato à produção de declaração inverídica, pois afirmaria situação

futura e incerta - sua condição de eleito - o que seria **incompatível com a legalidade e com a boa-fé objetiva**.

Em outras palavras, **exigir declaração destinada à fase pós-eleitoral durante a fase de registro de candidaturas implica, na prática, solicitar ao candidato que subscreva documento materialmente falso**, razão pela qual sua não apresentação não pode ser interpretada como irregularidade grave ou impeditiva da candidatura.

**DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO À CATEGORIA**  
(para uso junto ao MTE em caso de eleição)

Eu, ....., inscrito no CPF sob o número ....., na qualidade de conselheiro fiscal eleito do **SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO – SINDSEMP-MA**, inscrito no CNPJ de nº 10.207.541/0001-49, **DECLARO**, para os devidos fins, que integro a categoria representada por esta entidade sindical.

Declaro, ainda, estar ciente das responsabilidades e deveres inerentes à minha função como dirigente sindical e comprometo-me a atuar em conformidade com os princípios e objetivos do **SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO – SINDSEMP-MA**.

São Luís-MA, .....de .....de 2026

Ainda que o Edital e seu Anexo II tenham incluído o referido documento no rol de itens para inscrição, sua ausência configura irregularidade meramente formal e plenamente sanável, pois não compromete qualquer aspecto substancial da capacidade eleitoral passiva. O art. 25, parágrafo único, II, do Regimento Eleitoral - ao exigir “fichas de qualificação essenciais” - refere-se, primariamente, a documentos destinados a comprovar identidade, filiação sindical, quitação, idade mínima ou demais condições materiais de elegibilidade.

O **requisito essencial para concorrer é ser membro da categoria, e isso não é criado pela declaração: o vínculo já existe e é pré-constituído**, sendo que o documento não cria a condição; apenas a comprova. Assim, **sua ausência não caracteriza vício insanável**, mas tão somente pendência documental suprável, sem qualquer repercussão na legitimidade da candidatura.

A natureza pessoal da candidatura não impede a complementação documental. O entendimento de que se trata de “falha grave na instrução processual” não encontra amparo jurídico, pois tal declaração não interfere na substância da candidatura, não afeta a aferição da elegibilidade interna e tampouco compromete a regularidade do processo eleitoral. **É, em verdade, documento instrumental destinado ao MTE apenas após a proclamação dos eleitos - e não condição imprescindível para a própria inscrição**.

O indeferimento do registro por falta de um único documento formal, especialmente sendo esta a única inscrição ao Conselho Fiscal, provoca risco concreto ao funcionamento regular do órgão fiscalizatório, que possui composição mínima prevista de três titulares e três suplentes.

A negativa compromete o interesse público sindical, viola o princípio da continuidade institucional e afeta diretamente a governança e a transparência da entidade.

Ressalte-se que o candidato pertence inequivocamente à categoria representada, inexistindo má-fé ou tentativa de fraude.

Nos termos da doutrina e jurisprudência eleitoral e administrativa, a ausência de prejuízo e a inexistência de dolo autorizam e impõem o saneamento de falhas formais. O formalismo não pode se sobrepor à substância, especialmente quando a consequência é suprimir um direito fundamental de ser votado.

Negar o registro pela ausência de uma declaração simples e acessória viola o direito fundamental de participação democrática e o princípio da liberdade sindical (art. 8º da Constituição Federal), esvaziando o próprio sentido de representatividade interna. Nesse sentido, deve prevalecer a máxima efetividade dos direitos políticos da categoria e a primazia da verdade material - e não o formalismo restritivo que impeça a competição ou limite o funcionamento dos órgãos estatutários.

### **3. Violação ao princípio do contraditório e à vedação de decisões-surpresa**

O calendário eleitoral não previu expressamente prazo para diligência, mas tampouco veda a concessão de prazo para suprimento de falhas formais.

Nesse sentido, a Comissão Eleitoral, ao concluir pela ausência do documento, não concedeu oportunidade para manifestação, incorrendo em violação aos princípios da boa-fé administrativa (art. 2º, caput, da Lei 9.784/99 – aplicada subsidiariamente), do contraditório substancial e da cooperação procedimental.

### **4. Princípio da função social do sindicato e da eficiência na gestão**

A função social do sindicato impõe-lhe o dever de assegurar a ampla participação da base, garantindo processos eleitorais inclusivos, representativos e marcados pela transparência. Exigir formalismos desnecessários ou indeferir candidaturas por ausência de documento meramente instrumental significa comprometer a própria finalidade institucional

**do sindicato, violando princípios estruturantes do direito sindical eleitoral, como a Democracia Sindical, a Lisura, a Transparência, e o Direito de Ampla Defesa.**

A decisão que exclui candidato por questão de ordem exclusivamente formal - **especialmente quando é o único inscrito para o Conselho Fiscal** - desatende ao princípio da eficiência e compromete a governança interna, **podendo resultar na vacância de cargo essencial ao controle e fiscalização das finanças sindicais**, contrariando o interesse coletivo e prejudicando a continuidade administrativa do órgão.

Há, portanto, **alternativa simples, imediata e sem qualquer prejuízo ao processo eleitoral ou aos demais filiados: permitir a suplementação do documento faltante**, solução essa que preserva os direitos políticos internos, evita danos ao funcionamento do Conselho Fiscal e concretiza a finalidade democrática do processo eleitoral, garantindo que decisões meramente formais não inviabilizem o exercício do mandato representativo.

### **III – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer-se:

a) O recebimento e processamento da presente manifestação como pedido de reconsideração/recursal, com a regular tramitação perante essa Comissão Eleitoral;

b) A **reforma integral da decisão impugnada**, para que seja **imediatamente deferido o registro de candidatura de DIONATÃ SILVA LIMA ao cargo de Conselheiro Fiscal**, reconhecendo-se a natureza meramente formal e sanável da pendência apontada;

c) Subsidiariamente, caso Vossas Senhorias entendam pela necessidade de complementação, a concessão de prazo razoável (48 ou 72 horas) para apresentação da Declaração de Pertencimento à Categoria - **documento que já se encontra anexado a esta manifestação e será protocolado por e-mail imediatamente** - de modo a sanar eventual falha formal sem prejuízo ao processo eleitoral;

d) Ao final, o **deferimento definitivo do registro de candidatura, assegurando-se a continuidade do processo eleitoral com a participação regular do requerente**, em conformidade com os princípios da democracia sindical, da razoabilidade, da máxima participação e da eficiência institucional.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova admitidos, especialmente juntada da declaração.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Santa Inês para São Luís/MA, 31 de janeiro de 2026.

*Assinado eletronicamente*

**Dionatã Silva Lima**

Requerente